



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.641, DE 1992

(Do Sr. Walter Nory)

Dispõe sobre arrecadação de recursos para custeio do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE VIAÇÃO E TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART.54) - ART.24, II).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Uma parcela equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos recursos líquidos arrecadados e a arrecadar pelo Governo da União com a privatização das empresas estatais será destinada ao Sistema Financeiro da Habitação, por crédito ao Fundo de Compensação das Variações Salariais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A Ç Ã O

Há uma perspectiva inevitável de insolvência do Sistema Financeiro da Habitação, detectada e demonstrada tecnicamente pelos estudos econômico-financeiro já repetidamente efetuados.

Somente o aporte de novos recursos contribuirá para contornar o colapso do sistema.

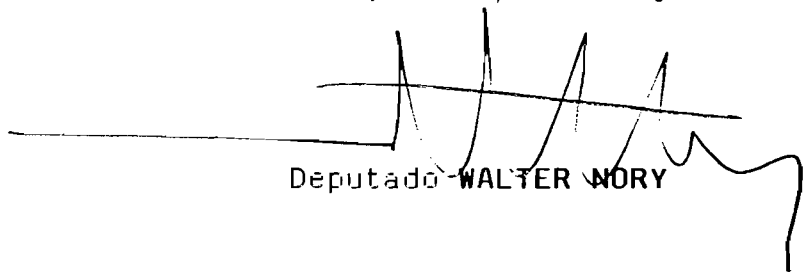
Esse verdadeiro "rombo" é devido ao Plano de Equivalência Salarial. O Governo cobrou um determinado coeficiente dos mutuários para fazer face à diferença entre as taxas cobradas pelos agentes financeiros e os ajustes determinados legalmente e pagos pelos mutuários. Como o coeficiente foi mal calculado, isso gerou um "rombo" da ordem de US\$20 bilhões. Essa é outra responsabilidade do Governo, que errou, e não dos mutuários, que pagam integralmente suas prestações.

Mas ao invés de assumir sua responsabilidade, o Governo já tentou, por meio de Medida Provisória, cobrar essa diferença do mutuário, como pretensão ganho de capital, obrigando-o a pagar a diferença ao final do contrato, em cinco anos, com o que não concordamos. Assim, a Medida acabou sendo rejeitada pelo PMDB. Hoje o Governo volta à carga no Emendação, querendo subtrair dos mutuários essa diferença.

Não consideramos justo que os mutuários arquem com as responsabilidades de um erro que não foi deles.

Mas o Governo tem como superar isso, utilizando os recursos obtidos com as privatizações de estatais, destinando a metade desses recursos a esse fim, além de outras fontes que vierem a ser identificadas, no interesse da população em geral.

Sala das Sessões, em 24 de Março de 1992.



Deputado WALTER NORY